



DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

2013-2014

“Igualdade e cidadania para todos”

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Andréa Abritta Garzon Tonet

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Wagner Geraldo Ramalho Lima

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

Presidente:

Hellen Caires Teixeira

Defensora Pública – Coordenadora de Projetos e Convênios

Relatores:

Ana Cláudia Almeida Costa Leroy

Defensora Pública – Coordenadora Núcleo de Mediação

Carolina Aida Lopes Alves

Defensora Pública da 3ª Defensoria Pública Criminal da Capital

Emerson Varela Delgado

Diretor de Recursos Logísticos e Tecnológicos

Kelisson Rodrigo Parreiras Murta

Superintendente de Gestão da Informação

Ramsés Machado Resende Dutra

Assessor Jurídico-Chefe

SUMÁRIO

1.	PGA 2012-2013 - Por uma gestão de resultados: planejamento e monitoramento	5
1.1	O que é PGA?	8
1.2	A importância do monitoramento	9
2.	METODOLOGIA	10
2.1	Área Temática Institucional	11
2.2	Área Temática : Específicas	12
3	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	13
3.1	ÁREA TEMÁTICA: Institucional	13
3.1.1	Defensoria Pública Geral	13
3.1.2	Superintendência de Planej. Gestão e Finanças/SPGF	17
3.1.2.1	Diretoria de Recursos Humanos/DRH	17
3.1.2.2	Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos/DRLT	17
3.1.3	Superintendência de Gestão da Informação/SGI	18
3.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico	20
3.2.1	ÁREA TEMÁTICA: Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial	20
3.2.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento inicial	21
3.2.3	ÁREA TEMÁTICA: Cível	22
3.2.4	ÁREA TEMÁTICA: Família e Sucessões	23
3.2.5	ÁREA TEMÁTICA: Criminal	25
3.2.6	ÁREA TEMÁTICA: Especializadas	27
3.2.6.1	Def. Especializ. em Direitos Humanos, Coletivos. e Socioambientais/DPDH	27

3.2.6.2	Defensoria Especializada da Saúde	28
3.2.6.3	Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência	31
3.2.6.4	Defensoria Especializada da Infância e juventude	32
3.2.6.5	Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente	33
3.2.6.6	Defensoria Especializada do Consumidor	34
3.2.6.7	Defensoria Especializada Tribunais e Superiores	34
4	CONCLUSÃO	35

1. PGA 2013-2014 – Por uma gestão de resultados

“Nossos objetivos somente podem ser alcançados através de um veículo de planejamento no qual acreditamos fervorosamente, e com o qual devemos vigorosamente atuar. Não existe nenhum outro caminho para o sucesso” (Pablo Picasso).

A segunda metade do século XX acabou por apresentar inúmeros desafios à Administração Pública, quando o pós-guerra fomentou a formação do chamado Estado de Bem Estar Social.

O Estado, portanto, passou a ser um grande provedor de direitos sociais e grandes estruturas tiveram que ser criadas. Neste período, também se destacou o Estado empresário e grandes empresas públicas surgiram, seja para incentivar determinado setor econômico, seja para angariar receitas.

Neste cenário, o denominado modelo burocrático da Administração Pública encontrou o seu auge e, no Brasil, somente restou abalado com as crises econômicas havidas quando da redemocratização da década de 80.

Por Administração Pública burocrática entende-se aquela que se concentra no procedimento e é autorreferente, ou seja, truncada, estática e se apresenta com normatização rígida.

Desta forma, diante de um cenário de crise econômica e fiscal, aliando-se às pressões externas do dinâmico mundo globalizado, a Administração Pública brasileira tem buscado implementar o que se define por Administração Pública gerencial ou de resultados. O foco, portanto, se transfere dos processos e passa para o resultado. Importa-se com agregar valor, a prestar com eficácia e eficiência o serviço público desejado.

No entanto, não se pode olvidar que a denominada Administração Pública gerencial bem convive com modelos burocráticos, de essência weberiana, sendo responsável pela impessoalidade, formalismo e hierarquia funcional. Preceitos estes fundamentais para a existência de uma Administração Pública ideal, na medida em que primam pela ideia de carreira pública e a profissionalização do servidor, além de combaterem firmemente a corrupção e o nepotismo. Contudo, a preocupação é de que de tanto se preocupar em combater os fatos citados acima este tipo de administração pode ter se voltado somente para o Estado, preocupando-se somente em manter o controle, e perdeu assim seu verdadeiro significado perante a sociedade.

Assim, visando buscar melhores resultados com menores gastos e alcançar a almejada eficiência nos serviços públicos, surgem os desafios para se

desenvolver uma Administração Pública voltada para o beneficiário dos serviços públicos: o cidadão.

Cabe, portanto, ao Estado estimular o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público, para que sejam criadas as condições necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais.

Neste cenário, a Defensoria Pública de Minas desponta com o grande desafio de não apenas conquistar os recursos necessários para prestar assistência jurídica e integral a todos os hipossuficientes do estado, mas encontrar a melhor forma de fazê-lo, movimentando sua máquina administrativa, que já não se apresenta tão diminuta. Assim, implementar, de fato, a conquista de sua autonomia administrativa, que muito depende da orçamentária, é uma ação prioritária.

Com reduzido número de servidores e defensores, a Defensoria mineira encontra-se presente em 106 (cento e seis) comarcas do Estado e, somente na capital, administra 3 (três) grandes imóveis, com ocupação exclusiva. Com o VI Concurso de Defensores Públicos ocorreu um crescimento de 1/3 do quadro de defensores públicos. É bem verdade que se trata de estrutura insuficiente para atender os milhões de mineiros que necessitam de assistência jurídica, mas é de significativo porte para as possibilidades atuais.

Portanto, as ações que visam mudar este quadro não podem se afastar de duas frentes: ampliação e valorização do quadro de servidores/defensores e otimização dos processos internos.

No tocante à atividade finalística, a Defensoria mineira apresenta valorosas ações, no entanto, ainda com incipientes mecanismos de quantificação e padronização na prestação dos serviços.

Longe de limitar a inventiva disposição dos defensores mineiros, tão menos interferir em sua independência funcional, faz-se necessário que sejam criados meios para padronizar e estender boas práticas às diversas comarcas do Estado, além de apresentar ao destinatário final dos serviços, bem como aos demais agentes estatais, como a Defensoria atua e quais projetos de sucesso são realizados em todo o extenso território mineiro.

Atualmente, o principal meio de comunicação da Defensoria Pública - seu sítio institucional -, necessita ser aprimorado, para se transformar em importante instrumento de democratização da informação, nos termos, inclusive, que determinam a Constituição Federal e a chamada Lei da Transparência.

É inegável que significativos avanços ocorreram na comunicação interna e externa da DPMG. Como forma de incentivar e dar publicidade a boas práticas, foi criado o Concurso de Práticas Exitosas, que se deseja perpetue com maior número de inscritos a cada ano.

Portanto, quanto à atividade finalística é necessário também inserir instrumentos de gestão pública contemporânea: planejamento e consequente monitoramento, que permitam a melhor quantificação e qualificação dos resultados.

Não se nega que qualquer ação exige planejamento, por mais rudimentar que se apresente. Então, porque não disseminar a ideia de uma boa atuação ao maior número de comarcas? Isso possibilitará uma maior troca de experiências, que permitirá apresentar os resultados por meios de dados e indicadores mais precisos e profissionais.

Durante os trabalhos de elaboração do PGA, foram identificados vários pontos a serem aprimorados na instituição. Tal constatação serviu de marco para a conscientização da necessidade de mudança e de união de propósitos entre servidor e defensor, para elevar a Defensoria Pública ao patamar almejado.

Dentre as limitações a serem enfrentadas, sem estabelecer uma hierarquia de importância entre elas, destacam-se:

- a) Limitada abrangência de prestação jurídica, decorrente da presença ainda reduzida nas comarcas do Estado;
- b) Reduzido quadro de servidores e defensores;
- c) Necessidade de valorização de servidores e defensores;
- d) Necessidade de implantar uma cultura de planejamento;
- e) Necessidade de se criar mecanismos eficientes de controle dos indicadores dos serviços prestados pela Defensoria Pública e,
- f) Necessidade de redefinição dos processos e de seus fluxos internos, de forma a otimizar as atividades administrativas.

Dessa constatação inicial restou verificado que as dificuldades da instituição estão mais concentradas na sua atividade meio, vale dizer, administrativa. Ademais, não obstante a inegável qualidade jurídica de seus serviços, a capacitação de defensores, estagiários e área multidisciplinar deve ser uma constante, a considerar a dialética do Direito e a velocidade de mutação.

Vislumbra-se, ainda, que a atividade finalística receberá incremento quantitativo e qualitativo, com a ampliação e reorganização da máquina administrativa.

Em rápida análise, pode-se classificar as deficiências da Administração em dois grupos, sendo as três primeiras necessidades afetas a uma agenda política junto ao Poderes constituídos e as demais voltadas à própria organização interna da instituição.

É certo que essas necessidades são interdependentes e complementares e para superá-las será necessário dedicação e firmeza. Afinal, a limitação orçamentária não é a única barreira para os avanços administrativos que se deseja.

Durante as consultas para elaborar o plano de atuação para o próximo ano, constatou-se a existência de elevado número de servidores e defensores comprometidos com a Defensoria Pública que, em sua maioria, têm ideias para incrementar avanços institucionais.

Não é possível assegurar crescimento sem planejamento, ao mesmo tempo factível e ousado. Se é inegável o avanço da instituição desde a sanção da Lei Complementar Estadual 65/2003, a crença é de que melhorias são necessárias, virão e deve-se estar preparado para elas.

Reconhece-se que o presente documento não esgotou o debate, pois houve tímida ou inexistente participação de alguns. Mas é fato que se buscou consultar, diretamente, todos os defensores coordenadores, bem como os setores administrativos. O processo, contudo, demonstrou que o próprio entendimento do que se pretende com o PGA às vezes é equivocado.

Nesse contexto, sob o entendimento de que há muito para realizar interna e externamente para o crescimento da Defensoria Pública, apresenta-se o presente Plano Geral de Atuação, na perspectiva de que sirva de diretriz para as ações dos próximos doze meses.

1.1. O que é o PGA?

Com previsão no art.10 o Plano Geral de Atuação foi inserido no referido texto com a intenção de que o Defensor Público Geral apresentasse ao Conselho Superior a sua estratégia de atuação até abril de cada ano de gestão.

Na legislação brasileira reconhece-se o esforço do legislador para implementar uma cultura de planejamento nas instituições públicas, mas a obrigatoriedade ainda é atrelada às chamadas leis orçamentárias. No entanto, sabe-se que planejamento institucional de planejamento orçamentário se diferem, embora estejam interligados.

O Plano Geral de Atuação, na dicção da Lei Complementar 65/2003, é um plano anual, portanto, planejamento de curto prazo.

Dessa forma, não pode ser definido como planejamento estratégico, na medida em que este é utilizado para formulação de estratégia organizacional de médio e longo prazo, em que se busca o conhecimento do ambiente ao qual a organização está inserida. O planejamento estratégico almeja, portanto, o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas que possibilitem avaliar as implicações futuras de decisões e, por consequência,

reduzir a incerteza envolvida no processo decisório, aumentando assim a probabilidade de se alcançar os objetivos e desafios para a organização.

No cenário da administração pública atual quase todas as instituições de maior envergadura têm planejamento estratégico, a exemplo do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas mineiros.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, ainda não possui o seu, embora tenha reconhecido sua importância desde o PGA 2011/2012. O fato é que muitas demandas conjunturais têm interferido nas prioridades institucionais e, devido a reduzida estrutura administrativa, o planejamento estratégico ainda não foi realizado. No entanto, é preciso reiterar a intenção de sua realização, insistir na inserção de uma cultura interna de planejamento e, finalmente, buscar técnicos capacitados para conduzir o processo de elaboração do planejamento estratégico.

É bom ainda ressaltar que o planejamento estratégico, em sua elaboração, deve contar com a participação do maior número possível de interessados, seja da estrutura interna, seja dos destinatários dos serviços. Sem, entretanto, esquecer que se trata de um documento que exige técnica e qualificação para sua elaboração. Costumeiramente, nas instituições públicas tem-se utilizado na elaboração do planejamento estratégico do conhecido método *Balanced Scorecard*.¹

Não se apresentando como o desejado planejamento estratégico, o PGA talvez se aproxime do definido “Plano Tático”, que é um dos produtos do planejamento, mais específico à atuação de cada setor, embora não apresente as mesmas técnicas de elaboração deste último.

Chegou-se assim, à conclusão de que, embora não se tenha uma definição precisa sobre o seu conteúdo e método de elaboração é, inegavelmente, um documento de planejamento que, conforme se verá, gerou debate, gerou reflexão e, de alguma forma, vem reiterar a necessidade de se planejar. É, portanto, apresentado, neste momento, por força da vontade do legislador e de um desejo de ampliar o debate e dar transparência ao que pretende a atual gestão.

1.2. A importância do monitoramento

A considerar que o PGA é o instrumento de planejamento da Defensoria Pública, cabe buscar o que mais se almeja em qualquer administração focada em

¹ **Balanced Scorecard** : o BSC é uma metodologia “que envolve várias perspectivas diferentes – e que devem ser integradas e balanceadas para promover sinergia (...) O BSC cria um contexto em que as decisões relacionadas com as operações cotidianas possam ser alinhadas com estratégia e a visão organizacional, permitindo divulgar a estratégia, promover o consenso e o espírito de equipe, integrando as partes da organização e criando uma sistemática para envolver todos os programas do negócio, catalisar esforços e motivar as pessoas, e além de tudo, mediar e avaliar o desempenho através dos indicadores. o que vai assegurar o sucesso na execução do plano estratégico.” (CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações – Da intenção aos resultados. 2ªed.; Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p 271).

resultados: sua eficácia, que somente será possível com o monitoramento, e que deve ser buscada com eficiência.

Não se concebe a realização de uma ação, projeto ou programa sem que ocorra o devido monitoramento, seja para cobrar o resultado a quem compete a sua execução, seja para externar o que se realizou ou os motivos da não conclusão. Portanto, o monitoramento visa salvaguardar dois princípios básicos da Administração Pública: eficiência e transparência.

Portanto, além de estabelecer o que se deseja para o período de abril de 2013 a abril de 2014, o presente documento também apresenta como segunda meta implantar mecanismos de monitoramento para cada uma das metas que foram sugeridas pelos próprios executores.

Somente quando da revisão do PGA é que se observam que metas foram ou não cumpridas, inexistindo qualquer instrumento de monitoramento de forma a traçar o caminho entre o planejamento e a efetiva execução.

Apresentamos, assim, o Plano Geral de Atuação para o período 2013/2014 que permitirá, quando alcançados os objetivos propostos, o crescimento da Defensoria Pública de forma organizada e o cumprimento de seu papel traçado pela Constituição da República.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada se baseou nos dois últimos PGAs, que, desta vez, contou com um maior número de integrantes pela comissão designada, facilitando a consulta aos interessados.

O prazo para compilação das propostas e para o debate foi parcialmente sacrificado pelas outras inúmeras atribuições dos membros da comissão e pela ainda incipiente conscientização da importância do planejamento, que impediu que todos os proponentes estivessem na mesma sintonia ou, ao menos, entendessem o que se deseja do PGA.

Assim, os coordenadores, diretores e superintendentes foram divididos entre os membros da comissão, para captação das propostas, e concedeu-se prazo na intranet para manifestação dos interessados em contribuir para a elaboração do plano.

Como premissa básica, a considerar que o orçamento para custeio de 2013 já está definido, motivo pelo qual as propostas não poderiam implicar em aumento de despesa, buscou-se, com a costumeira criatividade e diante das necessidades internas de cada setor ou órgão de execução, apresentar as metas para o próximo ano. Metas, portanto, ligeiramente audaciosas, mas realizáveis.

Vale ressaltar que os objetivos específicos e as metas elencadas neste planejamento, que importarem em dispêndio de recursos financeiros, dependerão da existência de disponibilidade orçamentária.

Constituiu-se, assim, um documento que o executor tenha interesse em cumprir, seja porque partiu de suas sugestões, logo, de suas necessidades e possibilidades, seja porque haverá acompanhamento ao longo do período, para aferir seu cumprimento ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

Também restou como consenso que o documento necessitava ser claro e conciso, para incentivar sua consulta e que após sua aprovação pelo Conselho Superior, haveria de ser amplamente divulgado.

A apresentação das metas observou a forma do PGA anterior, no entanto, agrupadas por executores, para facilitar o monitoramento, permanecendo os dois grandes grupos: área temática institucional e área temática específica. Assim, foram detalhadas metas para as diretorias administrativas.

Ao reunir as diversas sugestões, a comissão analisou a aplicação do PGA 2012-2013, verificando quais objetivos gerais e específicos, além das metas, deveriam ser reiterados ou revistos, bem como quais deveriam ser incluídos.

Dentro da metodologia adotada, a mensuração das metas foi mantida, de modo a permitir a atuação corretiva e a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto.

O índice de referência, por sua vez, ilustra a situação atual do objetivo específico a ser cumprido.

O indicador representa o que se deseja que seja efetivamente cumprido no plano concreto, seguindo-se da quantificação da meta, expressa conforme a unidade de medida relacionada.

2.1. Área Temática: Institucional

Com o mesmo foco dos PGAs 2011/2012 e 2012/2013 reiterou-se as metas a serem executadas para expansão e modernização da estrutura administrativa, com foco na redefinição dos processos internos, visando otimização de recursos e maior eficiência na gestão. Assim, mais uma vez, foi inserida a realização do planejamento estratégico, incluída a definição de métodos para monitoramento do PGA e o redesenho de processos internos, como forma de se entender melhor a máquina e buscar um aprimoramento da gestão.

São as metas a serem executadas pela estrutura administrativa da Defensoria Pública Geral, em suas agendas internas e externas.

A preocupação com o monitoramento acabou por eleger uma reestruturação na coordenação de projetos e convênios que deve se apresentar como setor próprio ao auxílio de projetos internos, além de elaborar aqueles capazes de captar recursos junto a outros entes, devendo, assim, receber a formatação de escritório de projetos. A criação de escritório de projetos é de grande importância para viabilizar uma administração pública de resultados, sendo inclusive, importante ferramenta do próprio planejamento estratégico. Ciente desta necessidade, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ estabeleceu como meta para o Poder Judiciário a criação de escritório de projetos, a destacar a importância dessa ação.

É de se destacar ainda a realização do I Fórum de Gestão Pública da Defensoria de Minas Gerais, oportunidade em que se fomentará o debate das questões administrativas visando instituir uma cultura de planejamento.

2.2. Área Temática: Específicas

É a área que corresponde à atividade finalística da Defensoria Pública. Foi delimitada segundo informações dos defensores coordenadores de cada área e, embora não se tenha, no interior, a especialização da capital, também o contempla nos limites indicados.

Reitera-se o foco na solução pacífica dos conflitos, como conciliação e mediação, além da justiça restaurativa e educação em direitos.

Ressalta-se, ademais, que para uma melhor padronização e capacitação dos defensores do interior quanto ao atendimento de áreas especializadas, faz-se necessário criar um mecanismo para promover o intercâmbio de informações, eventualmente instituindo uma coordenadoria temática estadual para cada área. Assim, o colega do interior poderia dispor de maior apoio ao atender matéria especializada. Tal carência poderá ser solucionada pela reforma da Lei Complementar 65, estabelecendo previsão de tais coordenadorias, situação similar aos Centros de Apoio Operacional - CAO do Ministério Público.

Foi destacada a atuação extrajudicial da Defensoria Pública, com a inserção da área temática “Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial” para incluir as atividades que serão realizadas, como a “Justiça Itinerante”, “Leitura no Beco” e “Direito a Ter Pai Estadual”, além da própria criação do “Núcleo de Mediação”. Com foco na delimitação segundo a área executora, tais ações foram classificadas como projetos estruturadores, cuja coordenação, nos três primeiros casos, deverá se dar pelo gabinete da Defensoria Geral, por meio da Coordenação de Projetos e Convênios e cuja execução envolverá várias coordenações finalísticas.

3. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

3.1 ÁREA TEMÁTICA: Institucional

Objetivo Geral: Promover a expansão e modernização da estrutura institucional, incluindo a valorização de defensores e servidores

3.1.1. Defensoria Pública Geral/DPG

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
01	Elaborar o planejamento estratégico da instituição	Existência de documento de planejamento relativo aos anos 2009-2012, sem efetividade	Planejamento elaborado	Número absoluto	1
02	Aperfeiçoar os sistemas procedimentais internos	Procedimento de utilização dos serviços postais aperfeiçoado e regulamentado por Resolução	Sistemas procedimentais internos aperfeiçoados	Número absoluto	6
03	Elaborar e publicar edital de remoções	Em elaboração	Edital publicado	Número absoluto	1
04	Elaborar e publicar edital de consulta aos Defensores Substitutos	Em elaboração	Edital publicado	Número absoluto	1
05	Criar e monitorar projeto de redução/otimização de custos	Comissão constituída e relatório apresentado	Projeto implementado	Número absoluto	1

06	Elaborar e implementar projeto de monitoramento permanente de metas e de aferição de eficiência relativa ao presente PGA, bem como das ações/projetos/programas em andamento	Inexistente	Projeto implementado	Número absoluto	1
07	Realizar o VII concurso público para provimento de 60 vagas de Defensor Público	Comissão criada	Concurso realizado	Número absoluto	1
08	Realizar o I Concurso para cargos da área meio da Defensoria Pública	Inexistente	Concurso realizado	Número absoluto	1
09	Propor ao governo Estadual minuta do projeto de adequação da Lei Complementar Estadual nº 65/03 às mudanças legislativas recentes, à autonomia da DPMG e à reestruturação da carreira	Minuta em elaboração	Minuta do anteprojeto de lei apresentada ao Governo	Número absoluto	1
10	Propor ao governo Estadual o Projeto de Lei para criação do plano de carreira de servidores administrativos e de apoio técnico-jurídico.	Minuta em elaboração	Minuta do anteprojeto de lei apresentada ao Governo	Número absoluto	1
11	Apresentar proposta de lei para a criação do Fundo para arrecadação de recursos de custeio e investimento da Defensoria Pública	Minuta em elaboração	Minuta do anteprojeto de lei apresentada ao Governo	Número absoluto	1
12	Elaborar regulamento interno da DPMG	Inexistente	Regulamento interno apresentado ao Conselho Superior	Número absoluto	1
13	Implantar a Ouvidoria da DPMG	Inexistente	Ouvidoria implantada	Número absoluto	1
14	Finalizar reforma do edifício da antiga SEPLAG II	Edifício parcialmente reformado	Reforma finalizada	Número absoluto	1

15	Realizar consulta interna para definição dos nomes das novas sedes da DPMG e do auditório	Inexistente	Consulta realizada	Número absoluto	1
16	Aumentar o número de vagas de estágio remuneradas e o valor da bolsa e do auxílio-transporte	170 vagas providas – concurso em andamento	Número total de vagas de estágio remuneradas	Número absoluto	600
		R\$ 450,00 valor da bolsa e auxílio-transporte em 2013	Novo valor da bolsa e auxílio-transporte	Número absoluto	R\$600,00
17	Implantar suporte de assistência psicossocial para a DPMG através de parcerias com faculdades e instituições	Implantado na DPMG de Belo Horizonte com atuação de psicóloga e estagiários de psicologia	Novas sedes no interior com suporte de assistência psicossocial	Número absoluto	2
18	Captar recursos junto a outros entes federados e instituições de fomento para a execução de novos projetos	2 convênios vigentes em abril/2013	Novos projetos financiados	Número absoluto	1
19	Elaborar projeto para o fortalecimento e modernização da área de T/I para apresentação ao BNDES, conforme objeto do convênio entre BNDES, CONDEGE e Ministério da Justiça (vide objetivo específico nº 55)	Projeto em elaboração	Projeto apresentado e aprovado	Número absoluto	1
20	Promover a Semana da Defensoria Pública	Planejamento e ações em execução	Comemoração realizada	Número absoluto	1
21	Realizar o I Fórum de Gestão da Defensoria Pública	Planejamento e ações em execução	Evento realizado	Número absoluto	1
22	Ampliar o Programa Ambientação na DPMG, nas novas sedes e no interior	Programa implantado apenas na sede da Rua Paracatu, na capital	Sedes da DPMG no interior com projeto implantado	Número absoluto	3
23	Realizar concurso de “Boas Práticas Administrativas”, com premiação na Semana do Servidor	Inexistente	Concurso Realizado	Número absoluto	1

24	Atuar junto ao Poder Executivo e Legislativo para aumento do subsídio do Defensor Público	Negociações em andamento	Publicação da lei	Número absoluto	1
25	Expedir carteira funcional de caráter nacional, nos termos do Decreto nº 7.360, de 18 de novembro de 2010, da Presidência da República	Coleta de informações, assinaturas e fotografias iniciadas	Carteiras expedidas	Número absoluto	592
26	Elaborar vídeos divulgando as atribuições e o trabalho institucional, bem como matérias técnicas específicas	Vídeos institucionais já produzidos: atribuições gerais (versão I) e promocional do mutirão “Direito a Ter Pai”.	Vídeos elaborados	Número absoluto	2
27	Proceder a reestruturação do sítio institucional e do sistema “Casa” com a inclusão das ações, projetos e programas da Defensoria Pública	Em execução	Sítio institucional e intranet reestruturados	Número absoluto	2
28	Elaborar boletim técnico semestral a ser disponibilizado no sistema Casa e no sítio eletrônico institucional, pelas coordenações	Existente nas Coordenações de Família e Projetos e Convênios	Boletins elaborados	Número absoluto	5
29	Promover II concursos de boas práticas entre os Defensores Públicos, com divulgação das práticas anteriores no sítio institucional	I Concurso em andamento	II Concurso concluído	Número absoluto	1
30	Criar um programa de visitação de estudantes para conhecimento dos serviços da Defensoria Pública	Inexistente	Programa implantado	Número absoluto	1

3.1.2. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.2.1 Diretoria de Recursos Humanos/DRH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
31	Desenvolver projeto de Educação Corporativa em ambiente virtual	Projeto em fase de concepção	Projeto implantado	Número absoluto	1
32	Promover e divulgar cursos gratuitos realizados em parceria com outros órgãos da Administração Pública	Divulgações esparsas	Cursos ofertados divulgados	%	100%
33	Ampliar as reuniões do projeto “Conversando sobre Pessoas”	Projeto em fase inicial de execução	Ampliação do número de reuniões	%	30

3.1.2.2 Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos/DRLT

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
34	Aprimorar o processo de requisição de material de consumo	Requisição de acordo com demanda, cartilha em elaboração.	Cartilha elaborada com padronização mensal do procedimento.	Número absoluto	1
35	Otimizar o controle patrimonial da DPMG	Procedimento de controle patrimonial existente	Procedimento de controle patrimonial otimizado	Número absoluto	1
36	Aprimorar o atendimento do Setor de Manutenção	Requisição por e-mail, telefone ou formulário	Criação de Ordem de Serviço para atendimento	Número absoluto	1
37	Elaborar cronograma para atendimento às necessidades das unidades do interior	Inexistente	Cronograma elaborado	Número absoluto	1

38	Aprimorar o fluxo dos procedimentos de compras e contratações	Indefinido	Agilidade no trâmite dos processos	Número absoluto	1
39	Aprimorar fluxo de procedimentos/atendimento de solicitação de veículo	Indefinido	Revisão do procedimento atual	Número absoluto	1
40	Otimizar a fiscalização e gestão dos contratos	Existência de procedimento de fiscalização e gestão de contratos	Otimização do procedimento e fiscalização e gestão dos contratos	Número absoluto	1
41	Aprimorar o fluxo dos documentos que são encaminhados para o Setor de Transportes/Protocolo	Documentação entregue ao Setor de Transportes para encaminhamento	Revisão do procedimento para integração com o Setor de Protocolo.	Número absoluto	1

3.1.3. Superintendência de Gestão da Informação/SGI

Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento e Sistemas

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
42	Otimizar o processo de atendimento/suporte remoto as estações de trabalho dos defensores e servidores	Processo atual é insuficiente para atender a demanda	Capacidade para acesso a 100% das estações de trabalho da DPMG	Número absoluto	1
43	Implantar sistema para inventário de software e hardware de todo o parque tecnológico da Defensoria	Inexistente	Implantação em todos equipamentos da DPMG	Número absoluto	1

44	Implantar sistema para monitoramento de softwares nas estações de trabalho da Defensoria	Inexistente	Implantação em todos equipamentos da DPMG	Número absoluto	1
45	Otimizar o sistema de comunicação através da ferramenta de correio eletrônico.	Sistema de comunicação atual é insuficiente para atender com qualidade e maior segurança o crescimento da demanda	Implantação de nova ferramenta de correio eletrônicos com política de segurança e filtro antispam e antivírus	Número absoluto	1
46	Aprimorar o processo de guarda de arquivos	Processo de guarda incipiente	Implantação de sistema de porta arquivos	Número absoluto	1
47	Aprimorar a comunicação de dados das unidades da Defensoria.	Já foram adequados 50% dos links de dados das unidades da DPMG	Adequação dos links de dados das unidades da DPMG	%	100%
48	Reformular e aperfeiçoar o software básico do sítio institucional e do sistema “Casa” na intranet	Em fase de concepção	Troca do CMS, template, organização dos dados e aplicações de padrões W3C	%	100%
49	Implantar ambiente virtual de aprendizagem	Em fase inicial (10% já implantado)	Implantação e treinamento de ferramenta para ambiente virtual de aprendizagem	%	100%
50	Sanear e organizar as informações existentes no Sistema de Gestão da Defensoria (SIGED)	Saneadas e organizadas 70% das informações do SIGED	Informações organizadas	%	100%
51	Informatizar o fluxo de troca de documentos internos da Defensoria	Inexistente até a presente data	Fluxo informatizado	Número absoluto	1
52	Aprimorar o sistema de atendimento da sede da Defensoria	50% já aprimorado	Contemplar todo o processo de atendimento no sistema.	%	100%
53	Informatizar o processo para remoção de defensores	80% já informatizado	Processo informatizado	%	100%

54	Otimizar o processo de cadastramento das petições iniciais no SIGED	50% do processo já otimizado	Contemplar todo o processo de iniciais no sistema	%	100%
55	Implementar projeto para substituição/adequação do novo sistema de informação e gestão da DPMG, com a especificação funcional dos módulos vinculados às áreas meio e finalística, bem como da infraestrutura de hardware, software básico e comunicação (vide objetivo específico nº 19)	Projeto em fase de concepção	Projeto criado e aprovado	Número absoluto	1

3.2 ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico

Objetivo Geral: Incrementar os serviços prestados pela Defensoria em todas as suas áreas de atuação, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

3.2.1 Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
56	Reestruturar o trabalho realizado em parceria com a Associação de Moradores da Comunidade da Serra, denominado 'Leitura no Beco', estabelecendo uma programação anual com foco em atividades de educação em direitos	Projeto existente mais necessitando de delimitar a periodicidade	Cronograma fixado	Número absoluto	1
57	Criar programa de 'Justiça Itinerante' em parceria com a Assembléia de Minas	Programa em fase de concepção	Atendimentos realizados	Número absoluto	8

58	Realizar o programa 'Direito a Ter Pai' em comarcas do interior	Projeto já realizado em Belo Horizonte e Uberlândia	Mutirões realizados	Número absoluto	10
59	Implantar Núcleo de Mediação	Em fase de concepção a implantação do núcleo; já contratada consultoria pela Fundação Nacional de Mediação	Núcleo implantado	Número absoluto	1

3.2.2 Área Atendimento inicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
60	Criar projeto para padronização da estrutura de atendimento em todo o Estado.	Projeto inexistente	Projeto criado	Número absoluto	1
61	Realizar fóruns para discussão entre os coordenadores locais de boas práticas no atendimento ao assistido no interior	Discussão inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	1
62	Melhorar e agilizar o atendimento prestado ao usuário do serviço na capital	Implantado o sistema de orientação coletiva das demandas de Alimentos; Oferta de alimentos, Investigação de Paternidade, Divórcio e Reconhecimento e Dissolução de União Estável.	Nível registrado de satisfação das pessoas que foram atendidas	%	80%
			Tempo esperado pelas pessoas para serem atendidas pelo setor de triagem	minutos	60
63	Implantar serviço de digitalização de documentos pessoais dos assistidos na Capital	Digitalização de pastas iniciado em 22.03.2013	Serviço implantado	Número absoluto	1

64	Estruturar as salas de espera com recursos audiovisuais e mobiliários na capital	Em processo de concepção, diante da mudança para nova sede	Salas estruturadas	Número absoluto	3
65	Adaptar os imóveis da DPMG, de acordo com as normas de acessibilidade	Indefinido	Imóveis adequados	Número absoluto	1
66	Promover a capacitação técnica dos servidores que atuam no atendimento na capital	Reuniões realizadas com periodicidade pela Coordenação	Reuniões de capacitação realizadas	Número absoluto	30

3.2.3 Área Cível

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
67	Diminuir o número de ações judiciais na área cível em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito), por meio da conciliação e mediação realizadas no Núcleo Extrajudicial	Fortalecimento da 37ª Def. Cível com foco na solução extrajudicial	Percentual de sucesso nas conciliações/ mediações	%	50%
68	Criar secretaria de apoio administrativo para envio de correspondências na Capital	Em fase inicial de criação	Secretaria criada	Número absoluto	1
69	Criar informativos, vinculado às coordenações, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior.	Inexistente	Informativo criado	Número absoluto	1
70	Fortalecer o trabalho em rede, através de participação em congressos e seminários e ações sociais, na capital e interior	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	10
71	Realizar palestras aos Defensores com renomados palestrantes da área cível	Indefinido	Palestras realizadas	Número absoluto	2

72	Criar projeto para fortalecer o Núcleo de Atuação Extrajudicial, dotando-o de estrutura física e humana	Inexistente	Projeto criado	Número absoluto	1
73	Elaborar e distribuir Cartilha sobre DPVAT	TCT aguardando assinatura	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1.000
74	Distribuir a Cartilha "Quer comprar ou vender um veículo?"	Cartilha já elaborada	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1.000
75	Implementar cartório para as Defensorias Fazendárias	Existência de procedimentos básicos de suporte para as Defensoria Especializadas	Cartório implementado	Número absoluto	1
76	Concluir TCT com a Seguradora Líder, criando uma linha direta para obtenção do DPVAT e patrocínio de cartilhas educativas.	TCT aguarda assinatura	TCT firmado	Número absoluto	1
77	Criar o Grupo de Estudos Temáticos Cível	Em fase de concepção	Grupo criado	Número absoluto	1

3.2.4 Área Família e Sucessões

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
78	Diminuir o número de ações judiciais na área de família em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito), por meio da conciliação extrajudicial e do Núcleo de Mediação Familiar	Núcleo de Mediação Familiar em implantação e conciliação extrajudicial feita diretamente pelos órgãos de execução	Percentual de sucesso nas conciliações/mediações	%	50%
79	Criar cartório para apoio administrativo aos Defensores	Criação de cartório em fase inicial.	Cartório criado	Número absoluto	1

80	Criar pastas virtuais para os assistidos em substituição às pastas físicas	Pastas virtuais em elaboração	Pastas virtuais criadas	%	100%
81	Executar o segundo “Mutirão Direito a Ter Pai” em Belo Horizonte	Projeto realizado em 2012	Mutirão realizado	Número absoluto	1
82	Elaborar Boletim Informativo “Tirinhas de Família”, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior.	Existente mas sem periodicidade	Boletim informativo trimestral elaborado	Número absoluto	4
83	Distribuir a cartilha “Alienação Parental”	Elaborada em 2012, estando pendente o trabalho de ilustração e impressão.	Cartilha Distribuída	Número absoluto	5.000
84	Ampliar o Programa “Ampla Defesa ao Réu Citado por Edital e por Hora Certa” na 13ª Def. de Família de Belo Horizonte	Programa em andamento na 13ª Def. de Família de Belo Horizonte	Pessoas localizadas	Número absoluto	200
85	Fortalecer o trabalho em rede, através de participação em congressos, seminários e ações sociais, na capital e interior	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	4
86	Comemorar o Dia das Famílias (08/12/2013)	Comemoração realizada em 2012 com o “Mutirão Direito a Ter Pai”	Evento realizado	Número absoluto	1
87	Criar e implementar projeto de otimização dos trabalhos afetos a área de sucessões, visando a facilitação da coleta de documentos pelos assistidos	Projeto em concepção	Projeto criado e implementado	Número absoluto	1
88	Implementar atendimento intermediário dos assistidos para informações e agendamento dos encaminhamentos.	Em fase de concepção	Atendimento intermediário implementado	Número absoluto	1

3.2.5 Área Criminal

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
89	Elaborar projeto visando a atuação de visitas aos presos provisórios nas unidades prisionais	Inexistente	Projeto criado	1	1
		Indefinido	Número de presos provisórios atendidos	%	20%
		Indefinido	Número de prestações jurídicas aos presos provisórios assistidos pela Defensoria Pública	%	100%
90	Realizar reunião de padronização e uniformização de atribuições entre os Defensores Criminais da 1ª e 2ª instância	Inexistente	Reunião realizada	Número absoluto	1
91	Atuar no mutirão do júri no ano de 2013 realizado em parceria com o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Secretaria de Defesa Social	Inexistente	Mutirão realizado	Número absoluto	1
92	Implementar plantões para atendimento ao torcedor durante a Copa das Confederações e Copa do Mundo	Inexistente	Plantões Realizados	Número absoluto	6
93	Participar de reuniões com o sistema de políticas sobre drogas e audiências públicas sobre o tema, a fim de buscar um atendimento mais qualificado ao dependente químico bem como integração com os Defensores do interior.	Inexistente	Reuniões Realizadas	Número absoluto	5
94	Criar secretaria de apoio administrativo criminal na capital, para recebimento e envio de processos e correspondências	Inexistente	Secretaria implementada	Número absoluto	1

95	Implantar programa de atuação junto a execução penal em complementação ao Projeto “Libertas”	Projeto “Libertas” em fase final	Unidades prisionais visitadas 01 vez por quinzena	Número absoluto	110
		Projeto “Libertas” em fase final	Presos definitivos atendidos	Número absoluto	15.000
		Projeto “Libertas” em fase final	Número de prestações jurídicas a presos definitivos	Número absoluto	50.000
96	Executar recursos do Fundo Penitenciário	Execução do FUPEN em 2012 no valor de R\$ 151.843,00	Execução do recurso	%	100%
97	Atuar junto aos poderes constituídos, órgãos públicos e sociedade civil pelo aumento e fortalecimento de unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)	Em BH, participação de audiência na Câmara dos Vereadores para implementar APAC feminina. Em Teófilo Otoni há movimento para criação de APAC.	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
98	Atuar junto aos poderes constituídos para a ampliação dos serviços de atendimento às pessoas dependentes de álcool e/ou drogas.	Atuação extrajudicial para disponibilização de vagas em clínicas e hospitais para dependentes	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
99	Expandir a integração da DPMG nos conselhos da comunidade, conforme disposto na Lei de Execução Penal, onde ele estiver constituído	Integração dos Conselhos em Inúmeras Comarcas	Conselhos de comunidade em que a DPMG passou a integrar	Número absoluto	5
100	Atuar junto ao Estado para a criação/estruturação de salas permanentes para a DPMG nas unidades prisionais	Em execução pela coordenação do Libertas	Salas implantadas	Número absoluto	2

101	Atuar junto ao Poder Judiciário para que seja cumprida a Resolução nº 66, de 26 de janeiro de 2009 do CNJ, especialmente no tocante à comunicação das prisões cautelares à DPMG	Indefinido	Reuniões ou visitas realizadas	Número absoluto	2
102	Atuar junto à Secretaria de Defesa Social para a realização de palestras de conscientização de agentes penitenciários e demais servidores das unidades prisionais acerca das funções e prerrogativas dos Defensores Públicos e de aspectos normativos da execução penal.	Palestras realizadas em Ribeirão das Neves, Nova Lima e Unai	Palestras realizadas	Número absoluto	20
103	Incrementar atuação da DPMG junto à Pastoral Carcerária, conforme objeto do TCT firmado	TCT firmado	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
104	Ampliar projeto de justiça restaurativa a ser desenvolvido pela Defensoria junto ao Poder Judiciário e demais órgãos afetos para outros órgãos de atuação	Curso de capacitação realizado por Defensores; projeto “Além da Culpa” em fase inicial de execução em Juiz de Fora	Novos órgãos de atuação com implementação do projeto	Número absoluto	1

3.2.6.Defensorias Especializadas

3.2.6.1 Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais DPDH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
105	Promover ações de monitoramento do sistema prisional, com fins preventivos e de coibição das práticas de maus tratos e tortura frequentes nas unidades prisionais em todo o Estado de Minas	Indefinido	Ações realizadas	Número absoluto	5

	Gerais				
106	Promover, em comunidades vulneráveis ou em conflitos socioambientais urbanos ou rurais, ações descentralizadas e/ou itinerantes, de mobilização comunitária ou de justiça comunitária, promovendo quando possível atuações extrajudiciais e de mediação de conflitos	Indefinido	Ações realizadas	Número absoluto	5
107	Criar núcleo de apoio multidisciplinar para apoio específico à DPDPH com perfil para atendimento às demandas do órgão.	Inexistente	Núcleo criado	Número absoluto	1
108	Promover ações de apoio a grupos específicos que demandem tratamento diferenciado em razão da sua diversidade.	Indefinido	Ações realizadas	Número absoluto	3

3.2.6.2 Defensoria Pública Especializada da Saúde

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
109	Elaborar e disponibilizar à população cartilha com informações a respeito do direito à saúde, do funcionamento do Sistema Único de Saúde, dos medicamentos padronizados nos protocolos do Sistema Único de Saúde e fornecidos gratuitamente pelo Poder Público e o procedimento a ser adotado para obtê-los extrajudicialmente	Em elaboração	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1000

110	Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar orientação jurídica certa e precisa a portadores de enfermidades e/ou a seus familiares	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
111	Participar de forma ativa de Seminários, Conferências e reuniões cujo tema seja a saúde pública	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
112	Participar ativamente do Comitê de Saúde, cujas reuniões são mensais, com a finalidade de discutir as políticas públicas de assistência à saúde, que são ou serão adotadas pelo Poder Público, com o objetivo de buscar soluções viáveis e exequíveis	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	11
113	Atuar junto ao Poder Judiciário e a outros órgãos relevantes para a saúde pública, mediante participação em reuniões e seminários periódicos, com o objetivo de disponibilizar informações a respeito das dificuldades e problemas vividos pela população carente	Indefinido	Reuniões Realizados	Número absoluto	5
114	Fortalecer o intercâmbio entre a Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Secretaria de Município de Saúde de Belo Horizonte, com a celebração de novos Termos de Cooperação Técnica (TCT) e aditivos, dando continuidade e aprimorando o TCT existente, visando a ampliação do seu objeto para inclusão do fornecimento de medicamentos não padronizados no Sistema Único de Saúde	Parceria existente com realização da I Campanha de Mamografias	Novos TCTs ou aditivos realizados	Número absoluto	2

115	Celebrar termo de cooperação com instituições públicas hospitalares com o objetivo de auxiliar tecnicamente, mediante a elaboração de laudos médicos, a Defensoria Pública nos casos judicializados ou a serem judicializados	Inexistente	TCT's firmados	Número absoluto	2
116	Organizar workshops nas Regionais, voltados, sobretudo, aos Defensores Públicos, para discutir questões relativas à saúde pública e estratégias uniformes a serem adotadas para a máxima efetivação do direito à saúde	Inexistente	workshops realizados	Número absoluto	4
117	Buscar aprimorar a capacitação e a humanização dos Defensores Públicos e servidores administrativos responsáveis pela área de saúde pública de Belo Horizonte, mediante contato interdisciplinar com profissionais médicos, psicólogos e assistentes sociais	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
118	Fortalecer a atuação da Defensoria Especializada em Saúde nas ações coletivas, fomentando a realização de reuniões e visitas para a coleta de informações para a instrução das referidas ações	Indefinido	Reuniões ou visitas realizadas	Número absoluto	5

3.2.6.3 Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
119	Atuar junto aos órgãos públicos para a criação e ampliação de abrigos e casas de acolhimento da mulher vítima de violência, visando a seu atendimento integral e especializado	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
120	Ampliar o atendimento multidisciplinar com profissionais da área da psicologia e assistência social	Existente apenas estagiários de psicologia	Ampliação do atendimento	%	50%
121	Buscar parcerias para ampliar e melhorar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
122	Apoiar a criação de conselhos municipais de defesa da mulher	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	10
123	Participar dos conselhos de defesa da mulher estaduais e federais	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	5
124	Promover curso de capacitação para servidores e defensores em direitos da mulher vítima de violência	Inexistente	Curso realizado	Número absoluto	1
125	Ampliar a brinquedoteca em Belo Horizonte e interior	Indefinido	Número de sedes com brinquedoteca	Número absoluto	3
126	Participar de eventos cujo tema seja direitos da mulher	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	1
127	Atuar junto aos órgãos públicos para conscientização, implementação e fortalecimento da atribuição do defensor com atuação na defesa da mulher	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
128	Atuar para correta aplicação das medidas protetivas de urgência	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	10

129	Promover palestras visando o combate à violência contra a mulher	Indefinido	Palestras realizadas	Número absoluto	12
130	Realizar reunião anual com os Defensores que atuam nos NUDEMs de Minas Gerais	Inexistente	Reunião realizada	Número absoluto	1

3.2.6.4 Defensoria Especializada da Infância e Juventude

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
131	Atuar junto aos órgãos públicos para conscientização, implementação e fortalecimento da atribuição do Defensor Público como curador da criança e do adolescente	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
132	Melhorar a estrutura da espera, com redefinição do setor de triagem geral	Inexistente	Melhoria implementada	Número absoluto	1
133	Criar projeto para padronização da estrutura de atendimento em todo o Estado	Inexistente	Projeto criado	Número absoluto	1
134	Atuar junto aos órgãos públicos para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes à educação e à obtenção de vagas em creches	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	1
135	Atuar junto às entidades de acolhimento para prestar atendimento jurídico especializado às crianças e adolescentes nos termos das recomendações 01 e 02 do Fórum Nacional Permanente dos Defensores Públicos Coordenadores de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Inexistente	Entidades visitadas	Número absoluto	5

136	Atuar junto às redes componentes do sistema de garantias da criança e do adolescente (FORPAZ, RMSE, PPCAAM, PAIR)	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	10
------------	---	------------	-------------------------	-----------------	----

3.2.6.5 Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
137	Realizar seminário jurídico com equipe multidisciplinar	Seminário de Autismo realizado em 2012	Seminário realizado	Número absoluto	1
138	Atuar para inclusão na rede regular de ensino de pessoa com deficiência, bem como para manutenção de escolas especiais	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
139	Promover curso de capacitação de servidores e Defensores quanto ao atendimento ao idoso e portadores de deficiência	Inexistente	Curso realizado	Número absoluto	1
140	Elaborar projeto para acessibilidade em órgãos públicos	Inexistente	Projeto elaborado	Número absoluto	1
141	Atuar junto aos órgãos públicos e iniciativa privada para existência de transporte público adaptado	Indefinido	Reuniões realizadas por comarca	Número absoluto	1
142	Atuar na rede de proteção ao idoso e ao deficiente com assento e participação nos conselhos	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
143	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho do Idoso	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

3.2.6.6 Defensoria Especializada do Consumidor

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
144	Atuar para criação de PROCONs onde inexistentes	Indefinido	Reuniões realizadas por comarca	Número absoluto	1
145	Promover parcerias com fornecedores que possuem significativo número de conflitos com assistidos para solução extrajudicial	Indefinido	Parcerias firmadas	Número absoluto	5
146	Promover reunião anual para troca de experiências entre as Defensorias que atuam em direito do consumidor, para fins de criar programa de atuação uniforme no estado, quanto aos direitos coletivos	Inexistente	Reunião realizada	Número absoluto	1

3.2.6.7 Defensoria Especializada Tribunais Superiores

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de Medida	Meta
147	Criar banco de teses e jurisprudência	Inexistente	Banco criado	Número absoluto	1
148	Criar projeto para estruturação do órgão visando ao processo digital.	Indefinido	Projeto criado	Número absoluto	1

4. CONCLUSÃO

Em 07 de julho de 2013, completam-se dez anos da nomeação da primeira Defensora Pública Geral. Portanto, em que pese a história da Defensoria Pública mineira remontar ao início da década de 80, há apenas dez anos se denomina como instituição autônoma, pelo desenho constitucional.

Toda a estrutura administrativa estava, então, por ser construída e também restaram criados órgãos superiores como a própria Corregedoria e o Conselho Superior.

Era o prenúncio de novos tempos e muito já se conquistou, mas não se pode negar que ainda há muito o que ser buscado, sobretudo, pela necessidade de se realizar concursos para a área meio e fortalecer a regionalização da instituição.

Assim, mais uma vez, o Plano Geral de Atuação convida todos os defensores, servidores e colaboradores para pensar, conjuntamente, um planejamento e uma adequada gestão de forma a se buscar soluções para problemas existentes, conduzindo os membros da instituição, através de metas desafiadoras, a uma atuação com foco na qualidade e resultado da assistência aos destinatários de nossos serviços.

Apesar dos sinuosos caminhos que se enfrenta para a autonomia orçamentária é preciso enfrentar os desafios do planejamento e despender esforços para criação do denominado planejamento estratégico. Afinal, *“funcionamos melhor quando podemos conceber algumas coisas como certas, ao menos por algum tempo”* e a estratégia possui um papel importante nas organizações: *“ela resolve as grandes questões para que as pessoas possam cuidar dos pequenos detalhes.”* (MINTZERBERG, H.; LAMPEL, J.; AHLSTRAND, B. **Todas as partes do elefante**. IN: JULIO, C. A.; SALIBI NETO, J. (Orgs.) Estratégia e planejamento. São Paulo: Publifolha/Coletânea HSM Management, 2002)

Assim, após intenso trabalho, chegou-se à conclusão que este documento deve ser exaustivamente debatido para, então, se tornar um importante instrumento de gestão. Portanto, deseja-se que seja criada uma cultura de planejamento e os primeiros passos para este longo caminho devem começar pela criação de uma comissão para acompanhar e debater o que restou consolidado.

Também se deposita grandes esperanças nos frutos que poderão ser colhidos com a realização do I Fórum de Gestão Pública da Defensoria de Minas Gerais, oportunidade em que este documento será apresentado e debatidas as formas para atingimento dos objetivos e metas propostos.

Enfim, o que importa é escolher “um futuro” e por ele trabalhar com perseverança e flexibilidade. Afinal, quem não traça suas próprias estratégias estará destinado a deixar que seja incluído nas estratégias dos outros.